

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.872 - PR (2018/0103955-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO : V I**  
**ADVOGADO : ADRIANA BOMFIM SILVA RIBEIRO - PR050635**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – MPE com fundamento na alínea "a" do inc. III do art. 105 da Constituição Federal – CF, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR.

Consta dos autos que o recorrido interpôs ação revisional que foi julgada improcedente, com readequação da dosimetria da pena de ofício (fl. 59). O acórdão ficou assim ementado:

*REVISÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA - SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR ACÓRDÃO - PRETENSÃO FORMULADA COM BASE NO ART. 621, INCISO I, DO CPP - INSURGÊNCIA CONTRA A PENA-BASE COMINADA AO REQUERENTE EM RELAÇÃO A TRÊS FATOS - ALEGAÇÃO DE QUE A CULPABILIDADE DO AGENTE TERIA SIDO CONSIDERADA COMO DESFAVORÁVEL COM BASE EM ASPECTOS ÍNSITOS AO TIPO - NÃO ACOLHIMENTO - MOTIVAÇÃO IDÔNEA - RECRUDESCIMENTO OPERADO EM RAZÃO DA PRESENÇA CONJUNTA DE VÁRIOS ELEMENTOS CONCRETOS EXTRAÍDOS DOS AUTOS - AUSÊNCIA DE AFRONTA A TEXTO EXPRESSO DE LEI - POSICIONAMENTO QUE GUARDA RESPALDO NA JURISPRUDÊNCIA - REFORMA, DE OFÍCIO, DA DOSIMETRIA, PARA AFASTAR O ACRÉSCIMO DE PENA PERTINENTE À CONTINUIDADE DELITIVA COMUM (ARf. 71, CAPUT, DO CP), NO FATO EM QUE TAL FIGURA RESTOU RECONHECIDA JUNTAMENTE COM A CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA (ART. 71, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP) - BIS IN IDEM EVIDENCIADO - PRECEDENTES - NO MAIS, AUSÊNCIA DE INJUSTIÇA, ERRO TÉCNICO OU VIOLAÇÃO A DISPOSIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - PLEITO REVISIONAL JULGADO IMPROCEDENTE, COM A READEQUAÇÃO EX OFFICIO DA DOSIMETRIA DA PENA (fls. 60/61).*

O MPE opôs embargos de declaração que foram rejeitados. O acórdão

ficou assim ementado:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÕES DE OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - ACÓRDÃO QUE NÃO CONCEDEU "HABEAS CORPUS DE OFÍCIO" (SIC), MAS AFASTOU, REGULARMENTE, DE OFÍCIO, ERRO JUDICIÁRIO EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL, O QUE É PLENAMENTE POSSÍVEL - EQUÍVOCO IDENTIFICADO EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - FRAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA MANTIDA PARA EVITAR PREJUÍZO AO REQUERENTE - AUSÊNCIA DE EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO NO INSTRUMENTO PROCESSUAL - NECESSIDADE DE AFERIÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS ASPECTOS DO SISTEMA TRIFÁSICO PARA FINS DE CARACTERIZAÇÃO DE PREJUÍZO AO SENTENCIADO, NÃO SE PODENDO CONSIDERAR APENAS O MONTANTE FINAL DA SANÇÃO - INVIABILIDADE DE INCLUIR, EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL, SUBSTRATO ARGUMENTATIVO PARA JUSTIFICAR UMA FRAÇÃO DE AUMENTO MAIS RIGOROSA NO QUE DIZ RESPEITO À CONTINUIDADE DELITIVA QUALIFICADA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA, BEM COMO À SISTEMÁTICA DO CPP - INTENÇÃO DE PRÉ-QUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO EMBARGADO - PRECEDENTES - EMBARGOS REJEITADOS (fls. 100/101).*

O MPE opôs novos embargos de declaração que foram rejeitados. O acórdão ficou assim ementado:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PRESCRITOS NO ART. 619 DO CPP - NÍTIDO ESCOPO DE REDISCUTIR QUESTÕES DECIDIDAS E SOBEJAMENTE FUNDAMENTADAS NO DECISUM EMBARGADO - DECLARADO INTENTO DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA - INVIABILIDADE NA ESPÉCIE - EMBARGOS REJEITADOS (fl. 132).*

Em sede de recurso especial, o MPE alegou violação aos artigos 381, III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal – CPP, porque o Tribunal de origem, no julgamento dos aclaratórios, não sanou os seguintes vícios: a) necessidade de considerar na continuidade delitiva específica o fato anteriormente configurador da continuidade delitiva comum; b) necessidade de haver flagrante ilegalidade a permitir a adequação da dosimetria; e c) impossibilidade de concessão de *habeas corpus* de ofício contra acórdão do próprio TJPR, conforme art. 650, § 1º, do CPP.

Em seguida, o MPE sustentou violação aos artigos 621, 622 e 650, § 1º,

todos do CPP, porquanto o Tribunal de origem alterou a dosimetria da pena de ofício, sem sequer configurar hipótese de cabimento da revisional, ante a mudança de jurisprudência, sendo certo que o *habeas corpus* de ofício foi concedido contra acórdão do próprio TJPR.

Noutro ponto, o MPE argumentou pela violação ao art. 617 do CPP, pois o Tribunal de origem deixou de ajustar a fração decorrente da continuidade delitiva específica que passou a englobar a continuidade delitiva comum sob o argumento de *reformatio in pejus*. Contudo, o MPE entende que a *reformatio in pejus* decorre do agravamento da pena acima do anteriormente fixado.

Por fim, o MPE apontou violação ao art. 71, parágrafo único, do CP, porque extirpada a fração de 1/6 relativa ao crime continuado comum afastado pelo Tribunal de origem, os fatos narrados na denúncia não foram considerados na continuidade delitiva específica.

Requeru o reconhecimento do vício no julgamento dos embargos de declaração com novo julgamento ou, caso considerada a matéria prequestionada, seja reconhecidas as demais violações com afastamento da dosimetria praticada pelo Tribunal de origem, se for o caso com nova dosimetria.

Contrarrazões (fls. 194/200).

Admitido o recurso (fls. 202/204), os autos vieram a esta Corte.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo provimento do recurso (fls. 220/229).

É o relatório. Decido.

Sobre a violação aos artigos 381, III, 619 e 620, todos do CPP, o Tribunal de origem manifestou-se sobre as teses do MPE já no julgamento dos primeiros embargos de declaração, quando fez constar que alterar a fração da continuidade delitiva específica acarretaria *reformatio in pejus*, havia manifesto equívoco na dosimetria da pena e não houve concessão de *habeas corpus* de ofício. Cito o trecho:

*Dito isso, apenas a título de registro, diante dos questionamentos ora trazidos a exame pelo embargante, importa elucidar que, ao contrário do que pleiteia a acusação, não se afigura cabível incluir substrato argumentativo (diverso do que já restou considerado na decisão objeto da revisional) para majorar a fração estabelecida (e mantida no acórdão embargado) no que diz respeito à continuidade delitiva específica, notadamente em sede de revisão criminal. Isso porque,*

*nesta via, como cediço, não há que se falar na presença de efeito devolutivo amplo (como ocorre, por exemplo, em sede de apelação criminal), sem olvidar o fato de que se faz necessária, de acordo com os precedentes mais recentes do STJ, uma aferição individualizada dos aspectos do sistema trifásico para afastar a ocorrência de reformatio in pejus (daí porque se manteve a fração de 1/5), não se podendo considerar, aqui, apenas o montante final da sanção<sup>1</sup>.*

*Ademais, tem-se que respeitável corrente doutrinária vem defendendo o cabimento da revisão criminal, por alteração de entendimento jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória, na situação de causas que possam influenciar o cálculo da pena em favor do réu (ao lado das questões relacionadas à tipicidade), exigindo-se, ainda, que o posicionamento ulterior esteja sedimentado no âmbito dos Tribunais Superiores - panorama que se coaduna com a realidade do presente feito (rememorando-se que desde 2004 o STJ entende da forma como esta Corte de Justiça decidiu, considerando-se, ainda, o fato de que, segundo o STF, em se tratando do princípio do non bis in idem, no processo penal, uma condenação injusta pode ser rediscutida a qualquer tempo em prol do réu, nos termos do art. 622 do CPP - HC101.131/DF).*

*Sob esse prisma, Eugênio PACHELLI e Douglas FISCHER apontam a concretização de tal medida como corolário à melhor realização dos princípios da isonomia e da equidade, voltada ao resguardo do direito fundamental à liberdade, remetendo-se, por intermédio de uma exegese racional sistêmica, à hodierna orientação jurisprudencial consolidada no STF no que tange ao cabimento da ação rescisória em face de entendimento pacificado posteriormente ao trânsito em julgado do pronunciamento em que se decidiu em sentido oposto.*

*A propósito, convém destacar a lição dos citados doutrinadores:*

*[...]*

*Ademais, vale consignar que o HC 211.125/SC do STJ, invocado pelo Ministério Público se deu no seio de um Habeas Corpus relacionado a um feito principal que ainda não havia transitado em julgado, situação absolutamente diversa da analisada na espécie, que diz respeito a uma revisão criminal.*

*No que diz respeito à coisa julgada, cumpre evidenciar que o referido instituto, consoante acima delineado, não restou violado, tampouco a sistemática do CPP acerca da revisão criminal findou maculada.*

*Nessa esteira, importa destacar que, como cediço, a revisão criminal tem cognição mais ampla do que o habeas corpus, sendo certo que, na espécie, não houve qualquer concessão de ordem relacionada a esta ação constitucional.*

*Diversamente, o acórdão embargado apenas retificou erro judiciário em revisional (aliás, vale ressaltar, com elevada ênfase, que o acórdão embargado, em momento algum, fez qualquer referência a habeas corpus de ofício, como imaginado pelo ora embargante, o que é*

*suficiente para espancar a descabida preocupação de incompetência do órgão julgador), de ofício, qual seja, o afastamento da ocorrência de *bis in idem* na dosimetria do réu (diretriz unânime do ordenamento brasileiro e que tem origem no princípio da legalidade, encontrando campo de análise nos arts. 621 e 622 do CPP), sem ofender o princípio *ne reformatio in pejus*, tendo a jurisprudência sedimentada dos Tribunais Superiores (notadamente o STJ) orientado a identificação do respectivo equívoco, consoante já dito (fls. 105/107).*

Destarte, inócurre a violação aos artigos 381, 619 e 620, todos do CPP. Cito precedente:

*PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EXAME SUFICIENTE DOS TEMAS. PRAZO EM DIAS CORRIDOS. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.*

*[...]*

*V - "[...] Esta Corte Superior de Justiça tem entendimento assente no sentido de que o julgador não é obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pelas partes, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões deduzidas. Precedentes" (EDcl no AgRg no AREsp n. 445.549/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 21/10/2016).*

*Embargos rejeitados (EDcl nos EDcl no AgRg no RMS 57.482/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/04/2019).*

Antes de adentrar na questão de fundo, necessário se faz analisar a violação ao art. 650, §1º, do CPP, porquanto não é dado a um órgão de Tribunal conceder *habeas corpus* de ofício sobre acórdão proferido por outro órgão do mesmo Tribunal. Cito precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PREJUDICIALIDADE DO WRIT. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NA SÚMULA 7/STJ. EXAURIMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DESTA CORTE SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DAS TESES EM HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*[...]*

*3. O Superior Tribunal de Justiça já exauriu sua prestação*

*jurisdicional sobre a transcrição parcial das interceptações telefônicas e sobre a dosimetria da pena, pronunciando-se pela impossibilidade de enfrentamento dos temas. Em outras palavras, nesse quadro, analisar as teses desenvolvidas no presente habeas corpus substitutivo equivaleria à inadmissível concessão de habeas corpus contra decisão proferida pelo próprio Superior Tribunal de Justiça no recurso especial (art. 650, § 1º, do CPP). Não é lógico admitir o enfrentamento de temas em sede de habeas corpus quando não admitidos em recurso especial, sob pena de se criar infinitas demandas nesta Corte Superior acerca da mesma questão.*

[...]

*Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 145.653/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 13/04/2018).*

Embora o Tribunal de origem não admita, considerando que a revisional nada requereu a respeito da continuidade delitiva (fls. 18/27), forçoso reconhecer que a correção da dosimetria de ofício não encontra outro respaldo legal. Cito precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA DA PENA. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. REVISÃO CRIMINAL PROPOSTA PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO DAS RAZÕES DE SEU CONVENCIMENTO. AUSÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA AINDA QUE SE CONSIDERE APENAS A SENTENÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Embora não se possa atribuir à revisão criminal o efeito devolutivo amplo aplicável ao recurso de apelação, referida ação devolve ao Tribunal o exame das questões expressamente arguidas pela defesa.*

*2. A regra aplicada ao recurso de apelação, quanto à ausência de ilegalidade na emissão, pelo Tribunal de 2º Grau, de fundamentos próprios à análise das questões jurídicas postas, com a indicação das razões de seu convencimento, pode ser também conferida à revisão criminal quanto às questões expressamente arguidas e que se enquadrem às hipóteses previstas no art. 621 do Código de Processo Penal.*

[...]

*6. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 406.570/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/06/2018).*

Pois bem, para concluirmos que houve concessão de *habeas corpus* pelo TJPR sobre acórdão proferido pelo próprio TJPR, é necessário compulsar o acórdão objeto da revisão criminal, ou seja, o acórdão que julgou os recursos de apelação.

Compulsando o referido acórdão (fls. 213/234 do apenso 2), não se observa que a questão da incompatibilidade da continuidade delitiva comum com a continuidade delitiva específica tenha sido tratada. Assim, tenho que a concessão de *habeas corpus* de ofício pelo TJPR quando do julgamento da revisional não incorreu em violação ao art. 650, § 1º, do CPP, pois não houve efeito substitutivo do julgamento do recurso de apelação em face da sentença no ponto. Cito precedente:

*PRAZO. OPOSIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MATÉRIA PENAL. DOIS DIAS. CONTAGEM A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO DECISUM. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.*

*[...]*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA REFORMADA EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. EFEITO SUBSTITUTIVO DOS RECURSOS. EVENTUAIS VÍCIOS DA PRONÚNCIA SANADOS QUANDO DO JULGAMENTO DO ESPECIAL. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Havendo análise do mérito quando do julgamento de recurso penal, opera-se o efeito substitutivo, segundo o qual a decisão do órgão superior afasta do mundo jurídico as anteriores nos limites da matéria devolvida.*

*[...]*

*3. Embargos do réu Jorge Dala não conhecidos e do réu João Lino conhecidos e rejeitados (EDcl no REsp 819.956/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 18/10/2010).*

Sobre a violação aos artigos 621 e 622 do CPP, tendo o Tribunal de origem julgado a revisional improcedente, tenho que não há violação a ser apreciada, carente, portanto, de interesse recursal.

Sobre a violação ao art. 617 do CPP e ao art. 71, parágrafo único, do CP, o Tribunal de origem decotou a continuidade delitiva comum do 2º fato porque cabível a continuidade delitiva específica, mas deixou de considerar o fato abrangido pela continuidade delitiva comum na dosimetria da pena, conforme se depreende de trecho já transcrito do julgamento dos embargos de declaração e conforme trecho abaixo do julgamento da ação revisional:

*Por fim, embora não haja qualquer questionamento da defesa em relação ao reconhecimento da continuidade delitiva comum ou simples (art. 71, caput, do CP), conjugada com a figura da continuidade*

*delitiva específica (art. 71, parágrafo único, do CP), bem é de se ver que, nesse ponto, a dosimetria da pena realizada ao requerente deve ser revista.*

*E que, de acordo com o entendimento mais abalizado sobre o tema, a aplicação da continuidade delitiva comum com a incidência sucessiva da continuidade qualificada caracteriza bis in idem, devendo a majoração decorrente da figura comum ser decotada da respectiva operação dosimétrica.*

*A propósito, veja-se:*

*[...]*

*Nessa linha (e porque a cominação da pena é matéria de ordem pública), faz-se mister adequar, de ofício, as sanções fixadas ao requerente em relação ao fato 02 da denúncia (ao qual foi aplicado conjuntamente o art. 71, caput e parágrafo único, do CP)<sup>4</sup>, com reflexos na carga penal total lhe imposta.*

*Destarte, impõe-se proceder à minoração da reprimenda aplicada ao requerente em relação ao 2º fato narrado na peça inicial acusatória ao quantum definitivo de 13 (treze) anos, 03 (três) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão - afastando-se o recrudescimento de 1/6 (um sexto) decorrente do art. 71, caput, do CP (vide fls. 243 dos autos originários).*

*Na sequência, repisando-se a fração de 1/5 (um quinto) aplicada na sentença (cf. fls. 246 dos autos originários) sobre a maior reprimenda fixada dentre as estabelecidas aos fatos 02, 03 e 04 (qual seja, 13 (treze) anos, 03 (três) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão), em razão da identificação da continuidade delitiva específica entre esses fatos (com vítimas diversas), resta cominada a carga penal, nesse ponto, em 15 (quinze) anos, 11 (onze) meses e 20 (vinte) dias de reclusão (fls. 74/78).*

De fato, a jurisprudência desta Corte está no sentido de que a continuidade delitiva específica (art. 71, parágrafo único, do CP) eventualmente aplicada abrange os fatos configuradores de continuidade delitiva comum (art. 71, caput, do CP), inclusive com impacto na fração a ser adotada. Cito precedente:

**RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEIS. VÍTIMAS DIVERSAS. CRIME CONTINUADO. UNIDADE DE DESÍGNIOS. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356/STF. CONTINUIDADE DELITIVA COMUM E ESPECÍFICA. AUMENTO REALIZADO EM DUAS ETAPAS. DESCABIMENTO. ART. 71, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. NORMA ESPECIAL. INCIDÊNCIA EXCLUSIVA.**

*[...]*

*2. Se reconhecida a continuidade delitiva específica entre*



*os estupro praticados contra vítimas diferentes, deve ser aplicada exclusivamente a regra do art. 71, parágrafo único, do Código Penal, por se tratar de norma especial em relação ao caput do dispositivo, mesmo que, em relação a cada uma das vítimas, especificamente, também tenha ocorrido a prática de crime continuado.*

3. *A quantidade de infrações praticadas no tocante a todas as vítimas deve ser avaliada uma só vez, refletindo na fixação do patamar de aumento decorrente da incidência do crime continuado específico, em cuja estipulação também deverão ser observadas as demais circunstâncias mencionadas no art. 71, parágrafo único, do Código Penal.*

4. *Tal procedimento não faz com que a continuidade delitiva existente em relação a cada vítima específica deixe de ser considerada, mas apenas com que a sua valoração seja feita em conjunto, o que é possível porque parâmetros mínimo e máximo de aumento previstos no art. 71, parágrafo único, são mais amplos do que aqueles estabelecidos no caput do mesmo artigo.*

5. *Com o retorno dos autos para a fixação de novo patamar de aumento decorrente da continuidade delitiva, fica prejudicado o recurso especial no tocante ao pedido de redução, à fração mínima, da exasperação da pena, pelo crime continuado.*

6. *Recurso especial do Ministério Público não conhecido. Recurso especial defensivo conhecido parcialmente e, nessa extensão, provido em parte (REsp 1471651/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 05/11/2015).*

Assim, uma vez aplicado o entendimento acima, devem ser sopesados os fatos na continuidade delitiva específica, sendo certo que a reformatio in pejus indireta somente ocorrerá se a pena resultante na dosimetria for superior àquela já aplicada, pois não se justifica conceder um habeas corpus de ofício para agravar a reprimenda final. Cito precedente:

**HABEAS CORPUS. CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. VÍTIMAS MENORES DE 14 ANOS DE IDADE. FATOS OCORRIDOS ANTES DA ENTRADA EM VIGÊNCIA DA LEI N. 12.015/2009. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESVIRTUAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RETROATIVIDADE DA LEI N. 12.015/2009. POSSIBILIDADE. LEI NOVA MAIS FAVORÁVEL AO AGENTE EM FACE DO AFASTAMENTO DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA PREVISTO NO ART. 9º DA LEI N. 8.072/90. APLICAÇÃO CONCOMITANTE DO ART. 71, CAPUT E SEU PARÁGRAFO ÚNICO. OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. AFASTAMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA COMUM. RETORNO DOS AUTOS**

**AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA NOVA DOSIMETRIA DA PENA**

[...]

3. Há constrangimento ilegal, por ocorrência de *bis in idem*, quando verifico que o Tribunal de origem, mantendo a sentença condenatória, concomitantemente aplicou, à mesma sucessão de fatos as majorantes previstas no art. 71, caput, e 71, parágrafo único, do CP.

4. Ordem não conhecida. Habeas corpus concedido, de ofício, para afastar a majorante prevista no art. 71, caput e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para proceder à nova dosimetria da pena, respeitando o limite da totalidade da reprimenda anteriormente aplicada - 14 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão -, a fim de se evitar a *reformatio in pejus* indireta (HC 211.125/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 28/10/2014)

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, com fundamento na Súmula 568/STJ, dou-lhe parcial provimento para determinar que o Tribunal de origem proceda a novo julgamento da revisional, notadamente na parte em que refaz a dosimetria da pena de ofício, para que os fatos para os quais foi afastada a continuidade delitiva comum sejam considerados na fração da continuidade delitiva específica, respeitado como limite máximo a reprimenda fixada na sentença.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator